

# POLÍTICA ECONÔMICA DE ANGOLA DE 1975 A 2012: A TRAJETÓRIA DA MUDANÇA DE MODELOS

ALCIDES GOULARTI FILHO<sup>1</sup>  
AVELINO EUCLIDES DA SILVA CHIMBULO<sup>2</sup>

## Resumo

Angola, País independente desde 1975, tem passado por profundas transformações na economia do ponto de vista da condução da política econômica, sejam essas de caráter ortodoxo ou heterodoxo. Justifica-se esse trabalho pela importância de se entender os desdobramentos e resultados alcançados pelas diversas medidas econômicas adotadas durante os 35 anos de independência. Esse trabalho tem como objetivo analisar, numa perspectiva diacrônica e sincrônica, o produto das políticas econômicas implementadas nesse período com ênfase na política fiscal. Para tanto, usando da pesquisa bibliográfica e documental foram feitas pesquisas in loco nas principais entidades responsáveis pela política econômica, tendo sido consultadas fontes primárias como relatórios anuais, boletins estatísticos, Programas de Governo, além de outras fontes secundárias como livros, artigos e outros documentos. Os resultados mostraram que a economia angolana é dividida em 3 períodos, cada um com suas peculiaridades: o primeiro vai de 1975 a 1988 caracterizado por um modelo de economia socialista com planejamento central, o segundo período representado pela economia de mercado e neoliberalismo que vai de 1989 a 2001, e um último período

que demonstra uma maior intervenção estatal na economia partindo de 2002 até 2010. Concluiu-se que a política econômica foi mais eficiente no último período quando o Governo adotou medidas heterodoxas para revitalizar a economia Angolana, após os desempenhos lento e recessivo no primeiro e segundo períodos respectivamente.

**Palavras-chave:** Economia de Angola. Política econômica. Crescimento econômico.

## Abstract

Angola, independent country since 1975, has undergone profound changes in the point of view of economic policy economy, whether orthodox or heterodox such character. This work is justified by the importance of understanding the consequences and results achieved by the various economic measures adopted during the 35 years of independence. This work aims to analyze, in a diachronic and synchronic perspective, the product of the economic policies implemented during this period with emphasis on fiscal policy. To do so, using a bib-

liographic and documentary research were made in situ in the main bodies responsible for economic policy, primary sources such as annual reports, statistical bulletins, government programs were consulted, as well as other secondary sources such as books, articles and other documents. The results showed that the Angolan economy is divided into three periods, each with its own peculiarities: the first goes from 1975 to 1988 characterized by a model of centrally planned socialist economy, the second period represented by the market economy and neo-liberalism that goes 1989 to 2001, and a final period that demonstrates greater state intervention in the economy starting from 2002 until 2010. It was concluded that economic policy was more efficient in the last period when the government adopted unorthodox measures to revitalize the Angolan economy after the recession and slow performance on the first and second periods respectively.

**Keywords:** Economy of Angola. Economic policy. Economic growth.

**JEL:** F53

<sup>1</sup> Professor do Progragra de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico/UNESC

Doutor em Economia UNICAMP

<sup>2</sup> Economista da Sonangol



## 1. O modelo de economia centralmente planejada (1975-1988)

A República Popular de Angola, logo após a sua Independência em 1975, entrou numa nova fase econômica de maneira muito conturbada. No momento imediatamente posterior à Independência, a economia e a estrutura física de Angola encontravam-se sob condições adversas: destruição física dos seus bens, falta de mão-de-obra qualificada e ausência de capitais para financiamento. O I Congresso do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), em dezembro de 1977, definiu que o novo governo, comandado por Agostinho Neto, deveria seguir o “modelo socialista” e que, a partir de então, o país passaria a ser orientado pela União Soviética. Dessa forma seriam nacionalizadas as principais unidades de produção, transformando-as em empresas estatais. Criando as condições necessárias para o planejamento centralizado da economia e da sociedade.

Além disso, Angola passou também a contar com a cooperação de outros países socialistas especificamente aqueles do Leste Europeu, além de Cuba e até do Vietnã. Estavam então lançadas as bases para o modelo de economia centralmente planejada, contudo, existia uma particularidade no “modelo socialista angolano”: um “enclave petrolífero capitalista” na província de Cabina, localizada ao norte de Angola. Embora os dirigentes de Angola tenham assumido que eram um país socialista, a dependência em relação ao capital estrangeiro e a necessidade de um grande volume de recursos para financiar a organização inicial do novo país permitiam a convivência com esse pequeno “enclave”. Este “enclave do petróleo”, na época da Independência, já assumia um papel fundamental na geração de finanças para Angola.

A aproximação com a União Soviética, dentro do contexto da guerra fria, desencadeou uma nova guerra civil interna, dividindo poli-

ticamente o país em dois blocos: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), apoiado pela União Soviética, e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), apoiada pelos Estados Unidos e o regime do apartheid da África do Sul. Essa guerra se estendeu até 2002.

Como a nova gestão econômica estava fundamentada na planificação centralizada, por meio dos planos de desenvolvimento, segundo Menezes (2000, p. 236), “foram criados quatro níveis básicos de planificação econômica: o nacional, o setorial, o provincial e o das unidades de produção e de certas instituições do governo (por exemplo: hospitais, escolas, instituições científicas etc.)”. Os planos eram geralmente de curto prazo, não passando de um ano, e para tanto, além das metas previamente estabelecidas, eles deviam incluir indicadores e uma série de programas vinculados às diversas esferas da economia. Eram programas que tinham como objetivo atingir aquelas áreas consideradas fundamentais para o desenvolvimento econômico, como os programas de emprego e salários, programas para investimentos nas áreas de construção civil, telecomunicações, transportes e energia.

Enquanto isso, decorria de maneira sólida a nacionalização de empresas privadas e a criação de grandes empresas públicas. Segundo Menezes (2000, p. 261), “em meados de 1977, mais de 85% das empresas tinham sido colocadas sob o controle direto do Estado angolano, na condição de Unidades Econômicas Estatais (UEE). Na época foram estatizadas e/ou criadas as grandes empresas estatais, a maioria ainda vigente em Angola:

**a) A Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol):** criada pela nacionalização da Angol Sociedade de Lubrificantes e Combustíveis, subsidiária da Sacor (companhia portuguesa) em 1976, com o objetivo de gerir a exploração de hidrocarbonetos de Angola. A Sonangol é hoje a principal empresa

estatal Angolana e principal financiadora do país.

**b) Transportes Aéreos de Angola (TAAG):** é atualmente a principal companhia aérea do país, passou a ser assim designada em 1973, substituindo a Divisão dos Transportes Aéreos de Angola (DTA), existente desde 1938. Em 1975 foram nomeados os primeiros gestores angolanos.

**c) Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama):** a Endiama consolidou-se como empresa estatal apenas em 1981, mas antes já havia sido nacionalizada a maior parte do capital da Diamang, empresa privada de capital misto (Portugal, Bélgica, África do Sul, Inglaterra e Estados Unidos), entre 1977 e 1979.

**d) Banco Nacional de Angola (BNA):** banco central de Angola surgido da nacionalização do Banco de Angola, com a aquisição de 70% do capital social de todos os bancos existentes em 1976. Juntamente com o BNA foi criado o Banco Popular de Angola (BPA), que tinha simplesmente as funções de banco de depósitos e de poupança. O BPA passou a denominar-se Banco de Poupança e Crédito (BPC), mantendo as mesmas funções.

**e) Televisão Pública de Angola (TPA):** produto da nacionalização da Radiotelevisão Portuguesa de Angola RPA, em 1976. É atualmente a principal cadeia televisiva em Angola coadjuvada pela recém-criada TV Zimbo, que juntas formam os únicos canais abertos do país.

**f) Empresa Pública de Telecomunicações (Epitel):** criada a partir da aquisição pelo Estado angolano do patrimônio da Companhia Portuguesa Radio Marconi em 1976. Em 1980 foi criada a Empresa Nacional de Telecomunicações (Enatel) e a Empresa de Correios de Angola. Em 1992 a Epitel e a Enatel foram fundidas, dando origem à Angola Telecom.

**g) Empresa Nacional de Correios e Telégrafos de Angola (Correios de Angola):** criada depois da separação das atividades de correios e de tele-

comunicações em 1980, sob a tutela do Ministério dos Correios e Telecomunicações e da Direção Nacional dos Correios.

**h) Empresa Nacional de Eletricidade (ENE):** responsável pela produção, distribuição e comercialização de energia elétrica no país nas 18 províncias, a ENE foi criada em março de 1980, integrando a esta em 1992 a Junta de Eletrificação de Angola, os Serviços de Luz das antigas Câmaras Municipais e a Sociedade Nacional de Estudos e Financiamento de Empreendimentos Ultramarinhos (Sonefe), empresa privada responsável pela distribuição da maior parte da energia elétrica consumida em Angola no período colonial, com 180 megawatts de potência.

**i) Porto do Lobito; Porto de Luanda; Porto do Namibe; Porto de Cabinda:** empresas portuárias que passaram também a ser administradas pelo Estado Angolano após a Independência.

**j) Caminho de Ferro de Malange (CFM); Caminho de Ferro de Benguela (CFB); Caminho de Ferro do Namibe; Caminho de Ferro de Luanda:** principais estradas de ferro do país e que atualmente operam no transporte de pessoas e bens. Foram muito usadas até antes da Independência no transporte de cargas. Hoje verifica-se uma reabilitação da infraestrutura ferroviária de Angola, uma vez que muitos desses foram parcialmente destruídos pela guerra civil.

As empresas acima citadas representam a predominância na economia angolana das companhias públicas durante a vigência do “modelo socialista”. Com quase 60%, as empresas públicas dominavam a estrutura empresarial de Angola no ano de 1984. Apesar do grande movimento de nacionalização, as empresas privadas eram no mesmo ano correspondentes a 267 unidades, ou 38,86%, e o restante eram empresas mistas, que também tinham forte participação do Estado, e correspondiam a 19 unidades do total (Tabela 1).

**Tabela 1: Quantidade setorial de empresas públicas, privadas e mistas em 1984**

Setores	Empresas Públicas	Empresas Privadas	Empresas Mistas	Total Setorial
Agricultura	65	14	0	79
Comércio Externo	9	18	0	27
Comércio Interno	48	50	1	99
Construção	24	12	4	40
Energia	5	3	1	9
Indústria	139	91	11	241
Pescas	21	15	1	37
Petróleo	2	10	0	12
Transportes	64	21	1	86
Outros	24	33	0	57
<b>Total geral</b>	<b>401(58,37%)</b>	<b>267(38,86%)</b>	<b>19(2,77%)</b>	<b>687(100%)</b>

**Fonte:** Ministério da Indústria, Registo Geral de Empresas *apud* Menezes, 2000

O modelo de economia centralmente planejada progrediu até o ano de 1988, quando foi criado o Plano de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), que tinha por objetivo sanear econômica e financeiramente o país, uma vez que nos primeiros anos após a Independência o país enfrentou dificuldades fiscais impostas pela guerra (ROCHA, 2009). Na verdade o Plano SEF tinha o diagnóstico típico do receituário neoliberal e do Consenso de Washington. Em 1989 Angola tornou-se membro do FMI e Banco Mundial em Angola, dando sinais do novo rumo que seguiria a economia angolana. FMI e Banco Mundial foram os mentores e monitores do SEF.

Qual foi então o resultado da economia angolana depois de adotado o modelo soviético de desenvolvimento? De modo geral, o modelo foi “ineficiente”. A resposta a isso não se encontra nas características do modelo, mas sim nas características peculiares de Angola, que inviabilizavam a efetivação do planejamento central no país. Não havia quadros qualificados, as decisões eram tomadas por poucos membros do partido do poder, o MPLA, a guerra dificultava algumas ações por outro lado, e mais, havia uma característica intrínseca da economia angolana, isto é, o “enclave capitalista”, que ao invés de

ser dominado pelo Estado socialista, passou aquele a dominar as relações políticas, já que o país dependia das receitas advindas das exportações de petróleo (MENEZES, 2000).

A política econômica baseada no planejamento central não teve muito sucesso em Angola como o foi em outros países socialistas. No caso angolano, o modelo encontrou alguns condicionantes – guerra civil, dependência do petróleo, falta de gestores, falta de quadros, dentre outros – e com isso ficaram evidentes as dificuldades do modelo em produzir melhores resultados. Os planos de curto prazo não funcionaram como deviam, e isso certamente pesou no desempenho geral da economia entre 1975 e 1988 (ROCHA, 2009). Daí, o resultado foi a transição para a economia de mercado, à luz do receituário neoliberal que se impunha no cenário econômico mundial, principalmente nos países subdesenvolvidos da América Latina, África e Ásia. E assim, Angola não foi exceção, no que se refere às investidas do FMI e Consenso de Washington em vários países.

A tabela a seguir apresenta alguns indicadores principais da economia angolana no período da economia com planejamento central, com destaque para o PIB e o PIB *per capita*, que já apresentavam bons resultados a partir da metade da década de 1980.

**Tabela 2: Dados do PIB da Angola (1975–1988)**

Anos	PIB (milhões de dólares)	Crescimento do PIB (%)	PIB <i>per capita</i> (dólares)
1975	3.131	-5,0	459
1976	2.995	-5,2	428
1977	3.276	0,7	456
1978	3.643	-5,3	493
1979	4.044	0,3	532
1980	5.415	2,4	689
1981	5.081	-4,4	625
1982	5.081	0,0	603
1983	5.281	4,2	604
1984	5.615	6,0	621
1985	6.852	3,5	734
1986	6.450	3,2	672
1987	7.420	7,0	754
1988	8.022	5,6	795

Fonte: United Nations 2011

Não obstante o desempenho da economia tenha sido fraco já desde os primeiros anos após a Independência, é importante frisar o comportamento positivo do PIB a partir de 1983. Olhando para a tabela acima observa-se que, enquanto os primeiros sete anos foram de turbulência na economia, os demais anos daquele período foram de recuperação. O PIB cresceu pouco mais de 4,0% em média e, conseqüentemente, o PIB *per capita*. Logo, o modelo de economia centralmente planejada teve seus momentos de altos e baixos, revelando assim o seu caráter contraditório, pois enquanto por um lado permitiu o fortalecimento do Estado assim como a criação das grandes empresas nacionais – muitas delas presentes até os dias atuais –, na outra vertente não conseguiu dar origem a um sistema econômico sólido, dinâmico, em que, tendo o Estado os recursos assim como o poder de decidir a seu dispor, a produção seria recuperada e os problemas econômicos e sociais seriam minimizados.

## **2 Transição para a economia de mercado (1989 – 2002)**

Após 1988 a economia de Angola inicia um novo processo de transição. Trata-se na verdade, de um ajustamento da economia nacional às exigências da conjuntura internacional inserida num amplo movimento global de liberalização econômica no mundo, com as recomendações de políticas neoliberais pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional aos países subdesenvolvidos da América Latina, Ásia e África.

A situação para Angola agravou-se mais ainda com o enfraquecimento e a deterioração do bloco socialista pós-1990. Segundo Menezes (2000, p. 334), os países socialistas do Leste Europeu reconheceram os [...] “problemas estruturais enfrentados por suas economias, marcadas pelo crescimento exacerbado de mercados paralelos, pela ineficiência de suas instituições, pela excessiva burocracia e centralismo, e pela baixa produtividade”. Daí, sem outra solução, o governo angolano aproximou-se

inevitavelmente dos países ocidentais capitalistas onde encontrou o seu refúgio e as diretrizes para a “inflação econômica” (MENEZES, 2000).

O período entre 1989 e 2002 representou a volta da economia de Angola à “economia de mercado”, rompendo o liame existente com o modelo socialista, e ajustando-se às novas regras do capitalismo contemporâneo liberal. Tendo como arma de combate o “Consenso de Washington”, o FMI, por intermédio dos seus técnicos, rapidamente passou a impor as medidas no Consenso em Angola. Os técnicos elaboram os relatórios periódicos e, repassando-os ao governo local, exigiam reformas. Entretanto, as medidas do “Consenso de Washington” têm um elevado caráter liberal, e, para sua plena efetivação são necessárias algumas características básicas *a priori*. Ou seja, segundo Rocha (2009), para que Angola seguisse a rigor as reformas propostas pelos técnicos do FMI e alcançasse algum progresso já no início da execução, o país precisava ter pelo menos algumas bases econômicas e uma base legal adequada ao sistema capitalista. Não era esse o caso de Angola.

Ora, Angola apresentava algumas especificidades que precisavam ser respeitadas, ou seja, o país tinha uma série de condicionantes econômicos e políticos. Não havia um sistema financeiro desenvolvido ou pelo menos próximo ao exigido pelo sistema capitalista, não havia um mercado de capitais para, por exemplo, operar uma política de juros reais para atração de capitais externos, e a isso juntava-se um grande entrave político: a ausência de democracia. Contudo, o FMI tinha apenas um objetivo, garantir a eficiência econômica e mudar o modelo econômico praticado em Angola.

Dentre os vários pontos apresentados pelo “Consenso de Washington” ao governo de Angola a partir dos anos de 1989, citam-se:

a) A realização de uma ampla reforma fiscal e a adoção de uma

“**Seria injusto fazer uma avaliação da economia do país sem incluir os estragos inquestionáveis causados pela guerra na estrutura econômica e social de Angola. É imprescindível apresentar o resumo que Rela (2005) faz sobre os males deixados pela guerra.**”

rígida disciplina fiscal, realizando ajustes periódicos;

b) A prática de uma política monetária restritiva visando à contenção da demanda agregada.

c) A realização de um amplo programa de privatização;

d) A desregulamentação plena da economia – sobretudo em segmentos como o de telecomunicações, transportes, serviços públicos, etc.;

e) A permissão a investimentos estrangeiros diretos (estabelecendo, por exemplo, regras claras para a remessa de lucros e desinvestimentos).

Nem todas as medidas ajustaram-se ao caso angolano. As já mencionadas características intrínsecas da economia de Angola barravam a execução rigorosa dos pontos propostos. Mesmo assim, o FMI conseguiu avançar com a sua agenda neoliberal. Para além das propostas econômicas, a instituição conseguiu preconizar e efetivar as mudanças na política em Angola. O país precisava (re) democratizar o sistema político, e as ideias do “Consenso”, segundo Menezes (2000, p. 341), “permearam as negociações para o Acordo de Paz de

Bicese, em 1991 no qual foi incluída, também, a exigência da realização de eleições gerais diretas, inclusive para presidente da República”.

E assim, o período de paz alcançado por intermédio dos acordos de Bicese serviu de consolidação da cooperação Angola – EUA que aos poucos ia substituindo o lugar antes ocupado pela ex-URSS e consolidando a sua posição de influência nas decisões de governo. Foi nessa altura que as relações diplomáticas entre os dois países foram restabelecidas – de realçar que os EUA foram o principal apoiador do maior partido de oposição Unita no período da guerra civil na década de 1980 –, com a construção da Embaixada dos EUA e fundada a Câmara Americana de Comércio em Luanda, em 1993, e com isso outras nações ocidentais também estreitaram relações com Angola.

Destaca-se ainda nessa nova fase da economia angolana, a privatização das empresas médias e pequenas que antes pertenciam ao Estado. No total, foram privatizadas 409 empresas ou o equivalente a 1.533 unidades de produção, sendo que dessas o setor de indústrias e das pescas foram os que mais tiveram empresas privatizadas, com 47% e 21,4% ou 53 e 24 empresas respectivamente. Entre 1990 e 2000 o Estado transferiu 29,5% do seu patrimônio ao setor privado, arrecadando 100 milhões de dólares (ANGOLA, 2008).

Com o objetivo de combater a hiperinflação na década de 1990, foram apresentados 12 programas de política econômica num espaço de dez anos, o que corresponde a uma média de 1,2 programa por ano, refletindo o caráter de curto prazo que tinham aqueles programas, expressando assim o grau de instabilidade financeira que vivia o país. Eram planos de cunho neoliberal, visando corrigir desequilíbrios externos e internos. Alguns representavam simplesmente uma austeridade fiscal, e poucos tinham uma considerável abrangência social.

Portanto, a década de 1990 foi marcada por dois grandes acontecimentos na economia angolana: a transição para uma economia de mercado e a adesão de Angola ao Fundo Monetário Internacional. Juntando-se a isso existiram dois outros fatores contundentes que explicam o fraco desempenho da economia na década, a saber, a guerra civil, que vinha já desde a Independência, e a instabilidade política (ROCHA, 2007).

Seria injusto fazer uma avaliação da economia do país sem incluir os estragos inquestionáveis causados pela guerra na estrutura econômica e social de Angola. É imprescindível apresentar o resumo que Rela (2005) faz sobre os males deixados pela guerra:

a) Do ponto de vista financeiro, constituiu-se num peso insuportável à economia, obrigando a desviar fundos para o pagamento de armamentos e munições que poderiam ser empregados noutras áreas da economia inclusive na formação de capital fixo, indispensável ao desenvolvimento.

b) Destruíu grande parte das infraestruturas existentes e perda de importantes unidades de produção.

Trouxe um desequilíbrio na distribuição da população, uma vez que obrigou grande parte a emigrar das suas terras.

c) Além do desgosto pelas perdas de ente queridos, obrigou milhares de jovens, da cidade e do campo, a abandonar os estudos para se alinhar ao exército, impedindo-os assim de criar possíveis condições reais de desenvolvimento nas suas áreas de formação.

d) Portanto, a guerra foi um fator contundente na situação econômica vivida por Angola nos anos 1990, porém, não exclui outros fatores que poderiam ter sido melhores, e assim evitar que o cenário econômico chegasse ao ponto em que chegou.

e) A tabela a seguir apresenta alguns indicadores de conjuntura econômica:

**Tabela 3: Dados Econômicos Gerais do período de Transição para a Economia de Mercado (1989–2000)**

Anos	PIB (milhões USD)	Crescimento do PIB (%)	PIB <i>per capita</i> (USD)	Saldo da CC (10 <sup>6</sup> USD)	Déficit Fiscal (% PIB)	Inflação (%)
1989	8.587	0,4	881,7	-128	-24,4	
1990	8.547	-0,4	852,8	-158	-12,1	
1991	8.797	1,0	847,5	-608	-15,9	275,7
1992	7.989	-5,8	743,2	-837	-26,5	495,8
1993	5.819	-24	522,7	-834	-16,6	1837,7
1994	4.292	1,3	372,2	-584	-25,1	971,9
1995	5.365	11,3	423,8	-451	-28,7	3.784,0
1996	6.535	11,7	502,3	-574	-14,5	1.651,3
1997	7.675	5,5	573,7	-978	-17,2	64,0
1998	6.449	0,0	468,5	-2.063	-10,0	134,8
1999	6.087	3,2	429,4	-1.764	-7,8	291,3
2000	8.869	3,1	607,4	637	-1,9	268,4
2001	8.936	3,1	608,0			152,5

**Fonte:** Adaptado de Banco Nacional; Balança de Pagamentos; índice de Preços do INE; Unidade de Estudos sobre a População, Ministério do Planeamento; United Nations 2011

Os dados acima expressam em números como foi o desempenho da economia angolana na década de transição. O PIB decresceu em média -0,7% se feita a média aritmética das variações anuais, e a taxa média da inflação foi de 967,5%. Verifica-se também que a conta corrente foi deficitária em praticamente todo o período, assim como o aumento do déficit fiscal até a metade da década. Apenas pela análise dos indicadores acima já se confirma o período recessivo vivido por Angola nos anos 1990. Isso explica o porquê das várias tentativas de ajustes por intermédio de programas de estabilização, sendo que os efeitos positivos só se fizeram sentir no final da década, não obstante o governo insistisse em apoiar e seguir com afinco as recomendações ortodoxas do FMI (ANGOLA, 2008).

O próprio FMI corrobora com a conclusão sobre o estado crítico da economia angolana. Em seu relatório sobre Angola, do ano de 1997, a Instituição (IMF, 1997) assumiu que Angola passava por uma fase de economia estagnada, com a estrutura econômica e social debilitada,

pobreza extensiva e graves tensões sociais. O FMI sabia que a transição para economia de mercado havia falhado, ela foi parcial e irregular e isso só fez aumentar as desigualdades. A instituição reconhecia ainda a grande dificuldade técnica do Estado em honrar seus compromissos, juntando-se a isso a falta de transparência das entidades governamentais em algumas áreas cruciais como em certos ministérios, inclusive no próprio Banco Central (IMF, 1997).

Como foi então o comportamento das novas políticas econômicas de cunho neoliberal? Ora, a política fiscal foi hegemônica com relação a outras políticas. O fato de a guerra ter recommençado após as polêmicas eleições presidenciais de 1992 provocou um aumento virtuoso nos gastos do governo na compra de material bélico e pagamento a mercenários. Adicionado àqueles gastos as despesas de importação, que estiveram na maior parte da década acima das exportações, expressas praticamente na compra de bens e produtos básicos (IMF, 1997). A política fiscal ficou condicionada ao combate da inflação e à redução do

déficit, deixando em segundo plano os investimentos públicos, mais do que necessários, principalmente no caso de Angola caracterizado por certo grau de inércia empresarial, para promoção do crescimento econômico dopaís (ROCHA, 2009).

A política monetária, condicionada à política fiscal e sem autonomia, teve a função de financiar o déficit fiscal e reduzir a oferta de crédito na economia. Os instrumentos clássicos que deveriam ser usados por essa política não foram acionados, e ainda assim, os objetivos pré-definidos para as duas políticas tiveram a sua rota positiva somente no final do período em análise. A política cambial, atendendo às recomendações neoliberais, foi de desvalorização do câmbio de modo a incentivar as exportações e assim garantir recursos para balancear as importações e equilibrar a Balança de Pagamentos (ROCHA, 2009). Apesar disso, o Balanço de Pagamentos de Angola foi deficitário durante a década, tendo melhorado em 2000, fazendo com que o país contraísse uma dívida junto aos credores internacionais – FMI, Clube de Paris,

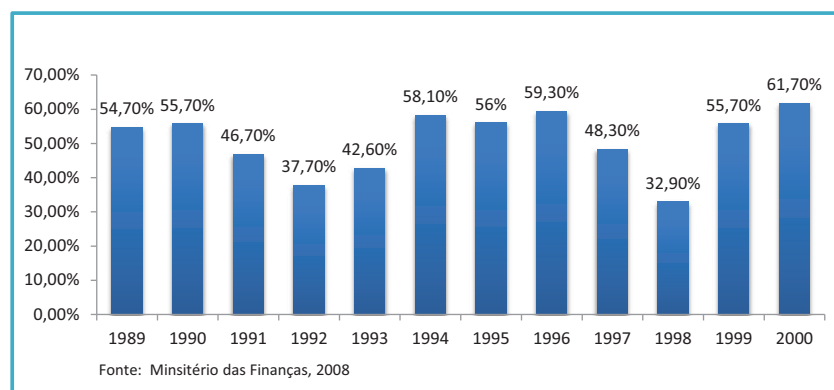
Federação Russa entre outros – para honrar seus compromissos, que chegou a atingir 138,7% do PIB em 1992 segundo o IMF (1997) e 100,6% em 2000, segundo relatório da Balança de Pagamentos do BNA (2000).

É importante também realçar a política de privatizações que houve no período de transição. Segundo Angola (2008), o governo estava disposto a transferir a maioria das empresas, que até então pertenciam ao Estado, em função da política de nacionalização das empresas privadas no período anterior, pois reconhecia a falha na gestão do Estado, no modelo de economia centralmente planejada, e julgava ser necessário modernizar a economia para adaptar-se à nova conjuntura internacional.

Em suma, foram inúmeras as situações negativas que ocorreram na economia angolana na década de transição. As reformas feitas no período pouco lograram resultados satisfatórios, houve grande instabilidade política e militar, agravamento de problemas sociais, pobreza, e ainda, não se pode esquecer da preponderância da economia petrolífera no cômputo geral da economia (IMF, 1997), como pode ser observado no Gráfico 1. O que esperar da economia de um país onde mais de metade da sua riqueza vem do setor petrolífero? boa parte da renda originada é remetida ao exterior, uma vez que não existe uma empresa nacional com domínio técnico no setor?

São essas questões, entre muitas, que precisam ser levantadas para mudar a realidade econômica de Angola. A década de transição foi uma “década perdida” tal como é caracterizada por muitos pensadores latino-americanos a década de 1980. O ajuste foi recessivo, as políticas neoliberais foram ineficientes, piores inclusive, segundo Rocha (2009, p. 106), que pelo menos os últimos anos de economia socialista, já que “em termos de condições de vida e de crescimento econômico o período 1983–1988 foi manifestadamente superior”.

**Gráfico 1: Peso do setor petrolífero no PIB (1989 - 2000)**



### 3. Política econômica intervencionista: crescimento acelerado (2002 –2012)

O período de 2002 ao atual representa uma mudança fundamental no ambiente econômico, político e social de Angola. Quando aos 22 de fevereiro de 2002 foi confirmada oficialmente a morte do então líder do partido opositor ao governo, a Unita, um dos principais responsáveis pela guerra civil que desestabilizou Angola, abriam-se as perspectivas para melhorias e avanços substanciais na economia angolana (ABRANTES, 2005).

O país, que acabara de sair da “década perdida”, iniciou os anos 2000 com uma nova dinâmica na economia. As contas nacionais já davam sinais de melhorias no final do período anterior e, com o acordo de paz assinado oficialmente entre o governo de Angola e as chefias militares da Unita em 4 de abril de 2002 –um dos mais contundentes obstáculos ao crescimento e desenvolvimento econômico de Angola – o governo local poderia dar início a uma série de medidas destinadas a recuperar a economia (ABRANTES, 2005).

Se a paz tanto almejada havia sido alcançada, tudo indicava que, justamente em função das mazelas deixadas pela guerra, o governo angolano teria muito o que fazer para reerguer a economia. O mercado por si só não tinha as condições adequa-

das para a promoção do crescimento econômico, e assim, cabia ao Estado, por intermédio de intervenção na economia com política econômica intervencionista, revitalizar a economia. E foi o que aconteceu, na medida do possível, no período que vai de 2002 a 2012.

Enquanto no período anterior os objetivos principais depois da transição para economia de mercado eram reformar a economia e corrigir os desequilíbrios internos e externos, após a eliminação de alguns gargalos ao crescimento econômico, o objetivo da nova política econômica era, mediante um plano sólido de desenvolvimento, definir as prioridades econômicas e sociais e conduzir as políticas econômicas de modo a alcançar tais objetivos (KARIM, 2005).

A nova fase da economia angolana é apresentada por Karim (2005, p. 158) da seguinte forma:

A transição para a economia de mercado em Angola, agregada aos fatores econômico-sociais (deslocação de populações, desocupação do território, destruição de infra-estruturas, constrangimentos à circulação de pessoas e bens, criação de enclaves econômicos), havia gerado assimetrias de vária índole, agravadas por uma legislação fiscal inadequada e ineficiente herdada do período colonial.[...] Daí, as linhas de futuro do desenvolvimento sustentável de Angola foram assim desenhadas em três documentos fundamentais: a Agenda Nacional

de Consenso, de natureza política, promotora de uma visão estratégica comum entre as forças políticas e a sociedade civil; a Estratégia da Redução da Pobreza, de natureza governativa, visando o relançamento econômico-social e a redução dos índices de carência e de vulnerabilidade alimentar das populações; a Estratégia de Desenvolvimento a longo Prazo para Angola (2025), de natureza governativa, com planos de ação e programas de referentes a infra-estruturas básicas e sociais, desenvolvimento dos setores produtivos e serviços e também financeiros.

As bases estavam então criadas. O governo angolano deu início a suas atividades confirmando o seu papel de indutor do crescimento econômico. Com isso, os planos de estabilização de curto prazo de caráter neoliberal da década de transição foram substituídos por planos governamentais bastante audaciosos de caráter heterodoxo com incidência de médio prazo (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 2008). A partir desse momento, foram aplicadas políticas fiscais e monetárias expansionistas na economia angolana (CEIC, 2009). Os indicadores macroeconômicos que já apresentavam uma tendência à estabilização no final da década de 1990 começaram os anos 2000 em alta. Segundo o Fundo Monetário Internacional (IMF, 2003), o PIB angolano que manteve a taxa de crescimento desde 1999 em 3,0%, atingiu cinco vezes mais aquele valor em 2002 tendo atingido 15,3% de crescimento real. Semelhantemente, houve também melhorias relativas nos setores fiscal e externo, não obstante o problema de hiperinflação tenha continuado até o ano de 2002, porém, com tendências a melhorar (IMF, 2003).

Com a paz alcançada, restava então criar as condições para a revitalização da economia. Entretanto, o governo convivia com o impasse da falta de financiamento externo

suficiente para poder realizar investimentos e reaquecer a economia, e, por outro lado, a emissão monetária que vinha sendo usada desde a década anterior para financiar o déficit público agravava o problema da inflação (IMF, 2003). Daí, o governo saiu à procura de financiamento externo, tendo encontrado sucesso numa parceria com a China com linhas de crédito que totalizaram 5 bilhões de dólares até 2008, segundo o Ministério das Finanças (2008), e uma parceria com bancos portugueses para cobrir os riscos de crédito à importação de bens e serviços de origem portuguesa.

Estavam assim superados os obstáculos principais, restando ao governo de Angola traçar as estratégias rumo à estabilidade macroeconômica, política e social. Foi a partir daí que foram traçadas as linhas de futuro do desenvolvimento sustentável de Angola, a saber, a Agenda Nacional de Consenso, a Estratégia de Redução da Pobreza e a Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola (2025) (KARIM, 2005).

Fundamentado nas linhas mestras do desenvolvimento futuro para Angola, foi criado o Programa Geral do Governo (PGG), no ano de 2004, com abrangência Nacional e centrado em áreas cruciais da reconstrução econômica, da redução da pobreza e das reformas institucionais. O PGG foi escalado em ciclos bienais, sendo o primeiro biênio correspondente aos anos 2005–2006 (MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, 2007). O governo angolano faria um balanço de execução mediante a avaliação dos resultados obtidos nos dois anos de duração do programa.

O PGG representava assim a nova política econômica do governo angolano, visando alcançar os objetivos econômicos e sociais adequados para a nação. Foram definidas as formas de atuação da

política fiscal e monetária, com destaque para a política fiscal que assumiu o papel de âncora para a estabilidade macroeconômica, dado que a conjuntura econômica externa mostrava-se favorável na medida em que as altas exportações de petróleo e diamantes permitiam ao país auferir um volume grande de recursos necessários para financiar boa parte dos gastos do governo e garantir a estabilidade interna e externa. A política monetária ganhou certa autonomia, e teve o objetivo principal de garantir a estabilidade de preços (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 2008).

O governo angolano seguiu as recomendações keynesianas sobre o papel do Estado na economia em momentos de recessão. Para Keynes, cabe ao Estado intervir na economia por meio de políticas fiscais e monetárias expansionistas de modo a gerar demanda agregada e assim estimular a economia. Foi exatamente o que fez o governo angolano, ou seja, criou o Programa de Investimentos Públicos (PIP), com maior incidência nas áreas sociais e recuperação e criação de infraestruturas. Segundo o Ministério do Planeamento (2007, p. 4), “os investimentos públicos exerceram um efeito catalisador importante sobre a economia nacional, não só do ponto de vista da indução do investimento privado, [...] como da melhoria das condições gerais de vida da população”.

O Banco Nacional de Angola (BNA) conduziu a política monetária de uma forma diferente daquela que se viu nos anos 1990. Além de usar o mecanismo de esterilização das receitas petrolíferas para garantir a estabilidade de preços, a política monetária não mais financiava as despesas do Estado de maneira inflacionária, e o BNA adotou a política de emissão de títulos de longo prazo para financiar os investimentos do governo (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 2008).



**Tabela 3: Dados Econômicos Gerais Com o Modelo Intervencionista (2002–2009)**

Anos	PIB (milhões de dólares)	Crescimento do PIB (%)	PIB <i>per capita</i> (dólares)	Inflação (%)	Desemprego (%)	Investimentos Públicos (taxa de crescimento)
2002	11.204	15,3	685	105,59	44,3	-
2003	13.956	3,3	848	76,56	42,3	37,6
2004	19.800	11,2	1.157	31,01	40,3	-8,5
2005	30.632	20,6	1.728	18,53	34,5	44,0
2006	45.168	18,3	2.489	12,21	32,3	250,9
2007	59.263	23,3	3.078	11,79	25,3	27,6
2008	77.280	13,8	4.206	13,17	23,9	71,7
2009	71.743	2,4	3.879	13,99	21,8	-21,2
2010	82.400	3,5	4.461	14,50	25,3	-14,8
2011	104.300	3,9	5.359	11,4	25,6	13,1
2012	112.700	5,2	5.732	9,0	23,0	12,4

Fonte: CEIC, 2009, 2013; IMF, 2003, 2008; BNA, 2010; IMF - WORLD ECONOMIC OUTLOOK 2011; United Nations 2011.

“  
*Volta-se a frisar  
que um dos  
principais  
responsáveis para  
a dinâmica  
econômica verificada  
em Angola nos  
anos 2000 foi o  
setor exportador  
petrolífero.*  
”

Uma das variáveis que mais se destacaram foi o PIB. As taxas de crescimento expressivo na casa de dois dígitos deveram-se principalmente ao setor petrolífero, e por isso apresentaram uma queda considerável em 2009 em função da crise econômica mundial e da consequente queda nos preços do petróleo. Verifica-se também um aumento considerável na renda por habitante,

que cresceu seis vezes mais do que seu valor entre 2002 e 2008, enquanto diminuía consideravelmente a taxa de desemprego, ou seja, uma redução de quase 50,0% em seis anos. Destaca-se ainda o crescimento dos investimentos públicos na economia, comprovando a intervenção do Estado e a desinflação que, embora com valores ainda altos, conseguiu chegar a patamares muito baixos comparados aos valores da década de 1990 e princípio de 2000.

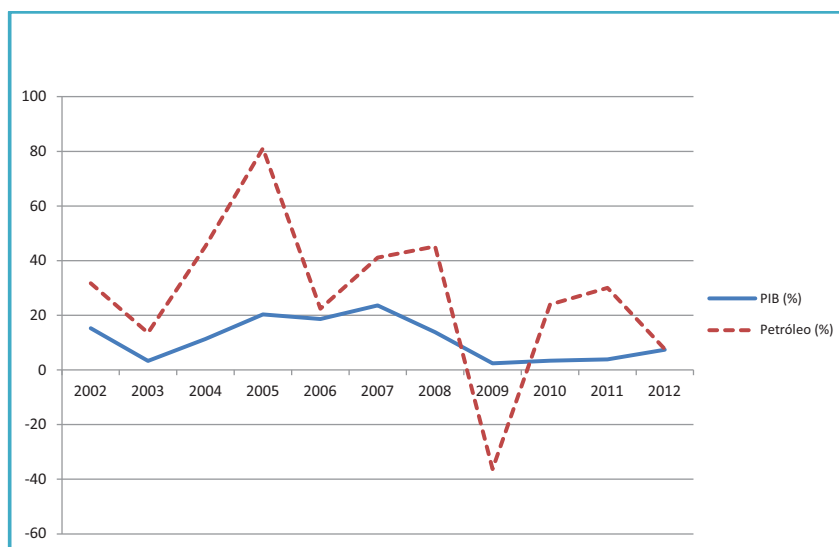
O controle da inflação foi uma das principais vitórias da política econômica do governo, pois além de garantir a estabilidade macroeconômica, mudou a imagem do país e tornou o ambiente econômico favorável e atrativo para os investimentos privados tanto internos como externos, e isso foi visível principalmente em 2006, quando a taxa de investimento privado chegou a 27,7% do PIB, conforme atestam as estatísticas do Ministério do Planejamento (2007).

Existem outras variáveis macroeconômicas que também apre-

sentaram resultados favoráveis no período em análise. Até antes da crise econômica mundial de 2008, o setor externo da economia angolana se consolidava num aumento significativo de reservas – USD 18.011,97 milhões em dezembro de 2008 – em moeda estrangeira graças às receitas de petróleo e diamantes, ao mesmo tempo em que boa parte dessas reservas serviam de apoio para as políticas econômicas em curso. Verificou-se também uma diminuição no *stock* da dívida externa sobre o PIB, situando-se pouco acima dos 21% em 2009, contra os 68,7% em 2002, não obstante os financiamentos adquiridos no exterior, que foram contrabalanceados pelo crescimento sustentado do PIB (BNA, 2009).

Volta-se a frisar que um dos principais responsáveis para a dinâmica econômica verificada em Angola nos anos 2000 foi o setor exportador petrolífero. Para se ter uma noção melhor, foi elaborado gráfico a seguir, que correlaciona as exportações petrolíferas com o crescimento do PIB.

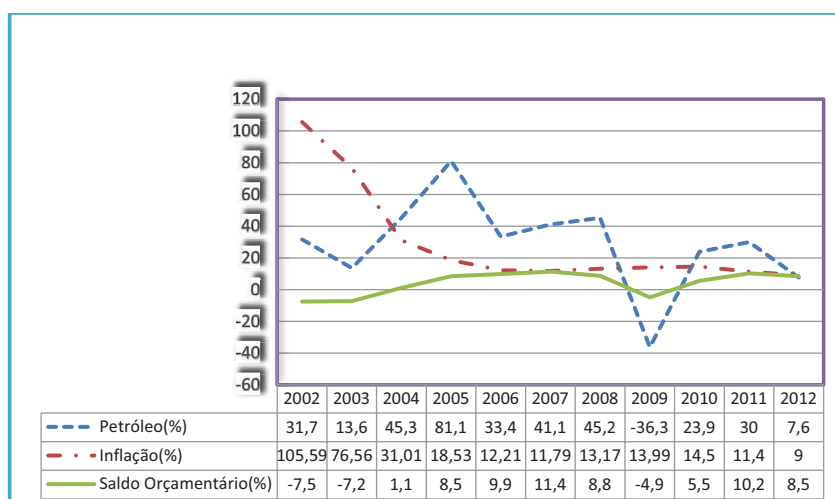
**Gráfico 2: Taxas de crescimento das exportações petrolíferas e PIB ( 2002-2012)**



Fonte: Elaboração própria com dados de BNA, 2010; CEIC, 2013

Fica claro que há uma forte relação dependente entre a economia angolana e as receitas petrolíferas. Não existe nenhum problema em ser rico e grande exportador de petróleo. O problema seria a economia depender exclusivamente de um setor para evoluir, daí os esforços do governo em criar políticas de desenvolvimento do setor não petrolífero. Contudo, não fossem as receitas petrolíferas, Angola provavelmente não teria o grau de estabilidade que conseguiu auferir na década de 2000, pois conforme o gráfico a seguir, as receitas petrolíferas viabilizaram também a execução das políticas fiscal e monetária, considerando-se o equilíbrio fiscal e a desinflação verificada ao longo do período analisado.

**Gráfico 3: Evolução das exportações petrolíferas, inflação e saldo orçamentário entre 2002-2012 (% do PIB)**



Fonte: Elaboração própria com dados de CEIC, 2009, 2013; BNA, 2010, BPI 2012, 2013.

“ Do lado da política monetária, as receitas petrolíferas deram condições para a estabilização de preços mediante o mecanismo de esterilização *ex-ante*, que consistiu na compra de moeda local através das divisas arrecadadas (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 2008). ”

Os dados acima, mais uma vez, ilustram o poder do setor petrolífero na economia angolana. Nos momentos de conjuntura favorável, o petróleo permitiu o equilíbrio das contas externas ao mesmo tempo em que garantiu as condições necessárias para efetivação da política fiscal e monetária. No lado da política fiscal, permitiu a arrecadação de receitas, que culminou num superávit já a partir de 2004, e permitiu também a realização de importantes investimentos públicos. Do lado da política monetária, as receitas petrolíferas deram condições para a estabilização de preços mediante o mecanismo de esterilização *ex-ante*, que consistiu na compra de moeda local através das divisas arrecadadas (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 2008).

No entanto, uma das maiores preocupações do governo na política econômica foi diminuir o nível de participação da economia do setor petrolífero, e promover o desenvolvimento dos setores não petrolíferos com destaque para a indústria transformadora, agricultura e serviços. Isso explica o nível de investimento

em infraestruturas básicas de transporte, de energia, águas, telecomunicações visando dinamizar o desenvolvimento daqueles setores. Os resultados começaram a surgir desde 2006, quando, segundo dados do Centro de Estudos e Investigação Científica (Ceic), o crescimento do PIB não petrolífero foi maior que o PIB petrolífero em 2006 e 2008, 25,7% e 15,2% daquele contra 13,1% e 12,2% desse, respectivamente.

De modo geral, a política econômica pós-2002, comparada a do período 1989-2001, foi mais eficiente. Na década de transição, a política

econômica foi de caráter neoliberal, e o seu campo de ação limitou-se a combater os desequilíbrios externos e internos mediante planos de estabilização de curto prazo, que respaldados nas recomendações do FMI não foram capazes de evitar a recessão passada por Angola com uma média de crescimento do PIB no período de -0,7%, segundo Rocha (2009). Entretanto, não se pode esquecer de frisar o fator guerra, uma das principais barreiras e causadoras da instabilidade política e econômica. No início dos anos 2000, a situação tornou-se favorável, pois com a paz

consolidada, o governo teve o campo aberto para elaborar seus programas de desenvolvimento.

Daí, foram produzidos e executados os programas de desenvolvimento com o Estado assumindo o papel principal na economia, intervindo fortemente mediante as políticas econômicas a seu dispor. Além da grande contribuição do petróleo na economia, a política fiscal foi determinante na estabilidade macroeconômica que se verificou desde os meados de 2000, incluindo também no feito o papel da política monetária.

### Quadro 1: Subsidiárias da Sonangol

Empresa	Área de Atuação	Ano de Fundação
SonAir	Transporte aéreo a serviço da indústria petrolífera e aviação civil	1998
Utec – Universidade Técnica de Angola	Educação	A ser inaugurada oficialmente em 2012
Essa	Formação profissional para indústria petrolífera	1995
MSTelcom	Gestão das telecomunicações do grupo Sonangol e operadora estatal de serviços fixos de telecomunicações	1997
Sonip – Sonangol Imobiliária e Propriedades	Serviços Imobiliários	2010
SIIND – Sonangol Investimentos Industriais	Serviços industriais	2010
Clínica Girassol	Serviços de Saúde	2008
Sonangol Distribuidora	Distribuição e produção de refinados de petróleo	1981
Sonangol Pesquisa e Produção	Prospecção, pesquisa e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos	1994
Sonanship	Transporte de produtos derivados do petróleo bruto	1999
Sonangol Logística	Serviços de logística para derivados de petróleo	2003
Sonangol Gás Natural	Pesquisa, avaliação, produção, processamento, armazenamento, transporte e comercialização de gás natural e seus derivados	2005
Sonangol Shipping	Transporte marítimo de petróleo bruto	2000
Sonarel – Sonangol Refinaria de Luanda	Produção de produtos refinados	Adquirida da Total em 2007
Sonaref	Produção de Refinados	A ser inaugurada em 2014

Fonte: Sonangol, 2002–2011.

Sobre a contribuição do petróleo na economia destaca-se o papel da empresa estatal responsável pelo petróleo de Angola. A Sonangol, além de ser um dos principais financiadores do governo, tem agido noutras esferas da economia, eliminando os gargalos naqueles setores econômicos em que a iniciativa privada não conseguiu se impor. Ou seja, além de ser uma empresa petrolífera, o Grupo Sonangol possui hoje mais de 15 subsidiárias distribuídas nas áreas de finanças, seguros e gestão de riscos, aviação, educação, formação profissional telecomunicações, imobiliária e serviços de saúde, sendo que boa parte dessas subsidiárias foram criadas depois do ano de 2002 (SONANGOL, 2002–2011). Além das subsidiárias, a Sonangol conta também com algumas empresas associadas, das quais o grupo detém boa parte do capital social, como é o caso do Banco Millennium Angola, Banco Africano de Investimentos BAI e Sonamet – empresa siderúrgica que fabrica estruturas metálicas para a indústria petrolífera.

Ainda no período de 2002 a 2010, merece destaque um capítulo inédito na parceria de Angola com o FMI. Trata-se de um feito singular na história do continente africano, uma vez que Angola foi o primeiro país africano a pagar sua dívida com o FMI, livrando-se assim da dependência financeira e, conseqüentemente, da perda de autonomia na condução da política econômica. Para Angola o feito significava o fim de 18 anos de dependência de um organismo cujas recomendações não se mostravam capazes de solucionar os problemas enfrentados pela nação. Assim, o desligamento de Angola ao FMI parecia ser o que o país precisava naquele momento, os dirigentes angolanos sabiam da ineficiência dos planos ortodoxos daquela instituição para a economia de Angola, e isso foi bem resumido na carta endereçada a Sangeev Gupta, chefe de missão do FMI para Angola, pelo ministro das Finanças de Angola José Pedro de

“  
***A crise deflagrada em 2008, nos Estados Unidos, não tardou a repercutir de maneira negativa nas demais economias do mundo. O fato de Angola não ter um mercado financeiro amplamente desenvolvido – ausência de uma bolsa de valores conectada aos mercados internacionais...***  
”

Morais Junior, representando uma demonstração de soberania e autonomia política e financeira, conforme consta a seguir:

[...] um programa monitorado pelo fundo não ajudará Angola a preservar a estabilidade econômica e social alcançada até aqui, [...] recebemos assistência técnica e aconselhamento técnico; não precisamos de receber o dinheiro do FMI. [...] não estamos contra aqueles que têm de calibrar as suas políticas com as da comunidade internacional porque é do seu interesse, [...] encontramos e podemos conceber e implementar as nossas próprias políticas e isto é do nosso interesse e do nosso povo (MACAUHUB, 2007).

Portanto, seria injusto dizer que a dinâmica econômica vivida por Angola na década passada foi apenas fruto de uma conjuntura externa favorável. Devemos também destacar o papel do Estado não somente do ponto de vista da consolidação da Paz Nacional, mas também sua ação fundamental na condução da política

econômica com soberania e comprometimento com a sociedade.

A crise deflagrada em 2008, nos Estados Unidos, não tardou a repercutir de maneira negativa nas demais economias do mundo. O fato de Angola não ter um mercado financeiro amplamente desenvolvido – ausência de uma bolsa de valores conectada aos mercados internacionais – não impediu de no ano de 2009 a economia do país ser afetada pelos estragos da crise (BNA, 2009). Em consequência, a estabilidade macroeconômica vivida pelo país desde o início dos anos 2000 foi comprometida.

Com isso restou ao governo adotar as respectivas medidas anticrise de modo a impedir maiores desequilíbrios na economia. O custo foi oneroso para o país, pois a crise aconteceu exatamente no momento em que o governo equacionava as estratégias do Plano de Médio Prazo (2009–2013) na sequência do Plano Geral do Governo para o biênio 2007–2008. Houve assim um arrefecimento no audacioso plano heterodoxo do governo, que até então havia produzido bons frutos do ponto de vista do relançamento da economia e da promoção do bem-estar social até os anos anteriores à crise. O resultado foi um ajuste fiscal e monetário de modo a evitar maiores desequilíbrios nas variáveis externas e internas. Resumindo, conforme relatório do BNA (2009), foram tomadas as seguintes medidas:

a) A taxa de desconto foi alterada de 19,57% para 25,0%, significando maior dificuldade de acesso ao crédito por parte dos bancos comerciais junto ao BNA;

b) Procedeu-se a adequação do coeficiente de reservas obrigatórias de 15% para 30%, tendo sido feito em abril de 2009 a alteração da base de incidência com a inclusão das responsabilidades por títulos;

c) Foram aperfeiçoados os procedimentos referentes à compra e venda de moeda estrangeira, e foram definidos os termos e condições para

a titularidade de contas em moeda estrangeira e em moeda nacional;

d) A base de incidência das reservas obrigatórias foi adequada, retirando responsabilidade por títulos da base de incidência das reservas obrigatórias.

e) O Ministério das Finanças iniciou, em abril de 2009, a emissão de obrigações do tesouro (OT) indexadas à taxa de câmbio nas maturidades 1 a 4 anos, e, em junho, a emissão de OT indexadas ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) nas maturidades 2 a 4 anos (BNA, 2009).

Não obstante as medidas não foram suficientes para acalmar a tensão na economia, que, segundo o BNA (2010), cresceu 2,4% em 2009 contra 13,8% em 2008, e teve um ligeiro aumento na inflação que chegou próximo aos 14% no mesmo ano, além da queda brusca das reservas externas líquidas que atingiram pouco mais de USD 12 bilhões em 2009, valor muito inferior aos USD 18 bilhões de 2008.

### Considerações finais

Uma vez proclamada a independência, o governo de Angola adotou uma postura socialista, isto é, deixando o modelo capitalista liderado pelos portugueses, o Estado angolano assumiu o controle da economia, tendo consagrado o planejamento central como modelo de organização econômica. Entretanto, os conflitos políticos, as dificuldades técnicas e financeiras, associadas à conjuntura externa desfavorável inviabilizaram o socialismo juntamente com o planejamento central em Angola. O crescimento da economia entre 1975 e 1988 foi lento e, após a crise das economias socialistas e o fim da União Soviética, o governo angolano passou a orientar pelo capitalismo e pela ortodoxia, consagrando assim a economia de mercado, adotando políticas neoliberais para conduzir a economia, sobretudo pós-1989.

Contudo, se o desempenho da economia no período de planejamento centralizado foi relativamente

fraco, no período seguinte, isto é, na transição para a economia de mercado foi ainda pior. As políticas neoliberais recomendadas pelo FMI foram mais um problema do que solução, pois a falta de uma estrutura capitalista desenvolvida tornou ineficiente a lógica dos mercados para Angola. Existe uma inércia empresarial, e por falta de condições estruturais básicas, nem mesmo o grande capital internacional aventurou-se em reproduzir-se no país. Além disso, a guerra civil, que durou mais de 20 anos, constituiu-se num autêntico percalço ao progresso econômico. Por isso, nem o modelo socialista nem o capitalismo na vertente da lógica dos mercados foram suficientes para o desenvolvimento econômico. Foi daí que o governo adotou uma nova postura na economia, ou seja, uma postura heterodoxa, combinando elementos da economia de mercado com forte intervenção estatal.

Dessa forma, verificou-se que as mudanças na política econômica foram resultado de inconsistências das mesmas associadas aos elementos conjunturais internos e externos, que ora mostravam-se desfavoráveis, ora apresentavam-se como reais potencializadores do progresso econômico. Embora no período de planejamento central a economia não tenha crescido avultosamente, não devemos esquecer que foi naquela época que foram fundadas as grandes empresas estatais presentes até hoje, como o caso da Sonangol, Endiama, TAAG, ENE, que, principalmente a Sonangol, têm contribuído sobremaneira para o bom desempenho da economia, dadas as dificuldades técnicas e financeiras da iniciativa privada local. O período seguinte foi o pior de todos, marcado pela recessão econômica nos primeiros anos de transição e grandes desequilíbrios internos e externos.

Portanto, o último período foi o de melhor desempenho econômico. A economia de Angola teve um crescimento virtuoso entre 2002 e 2012, não obstante a interrupção causada

pela crise financeira. Contudo, além da postura intervencionista adotada pelo governo, é importante destacar alguns fatores conjunturais que foram decisivos na dinâmica econômica desse período: a paz definitiva em 2002, a consolidação da soberania nacional e a conjuntura externa favorável – os elevados preços do petróleo. Esses fatores juntos deram condições para que as políticas econômicas alcançassem bons resultados.

### Referências

ABRANTES, José Mena. **A paz em Angola**. In: ABRANTES, José Mena. (Org.). **Angola em paz: novos desafios**. Luanda: Edições Maianga, 2005. p. 50–21.

ANGOLA, Portal das Empresas. **Privatizações: linhas gerais sobre a privatização em Angola**, 2008. Disponível em: <<http://www.angolanainternet.ao>>. Acesso em: 4 abr. 2011.

BNA, Banco Nacional de Angola. **Indicadores Macroeconômicos – Evolução da Economia**: evolução recente da economia, 2007. Disponível em: <<http://www.bna.ao/artigo.aspx?c=37&a=854>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

BNA, Banco Nacional de Angola. **Indicadores Macroeconômicos – Evolução da Economia**: evolução recente da economia, 2008. Disponível em: <<http://www.bna.ao/artigo.aspx?c=37&a=916>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

BNA, Banco Nacional de Angola. **Indicadores Macroeconômicos – Evolução da Economia**: evolução recente da economia, 2009. Disponível em: <<http://www.bna.ao/artigo.aspx?c=37&a=1028>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

BNA, Departamento de Estudos e Estatística. **Boletim estatístico 2002-junho/10**. Luanda: EAL, 2010. 73 p.

BNA, Direção de Estudos e Estatística. **Balança de pagamentos 2000**. Luanda: EAL, 2000. 84 p.

BPI, Banco Português de Investimento. **Estudos económicos e Financeiros – ANGOLA**. Maio 2012. Disponível em: <<http://www.bpiinvestimentos.pt/Research/research.asp?opc=10>>. Acesso em 30 set. 2013.

BPI, Banco Português de Investimento. **Estudos económicos e Financeiros – ANGOLA**. Julho 2012. Disponível em: <<http://www.bpiinvestimentos.pt/Research/research.asp?opc=10>>. Acesso em 30 set. 2013.

CEIC, Centro de Estudos e Investigação Científica. **Relatório econômico de angola 2008**. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2009. 272 p.

CEIC, Centro de Estudos e Investigação Científica. **Relatório econômico de angola 2012**. Luanda: Texto Editores, 2013. 295 p.

CEIC, Centro de Estudos e Investigação Científica. **Relatório social de angola 2012**. Luanda: Universidade Católica de Angola, 2013. 152 p.

IMF, International Monetary Fund. **Country information: angola – recent economic developments, 1997**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/1997/cr97112.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2011

IMF, International Monetary Fund. **News: IMF concludes 2003 article IV consultation with Angola, 2003**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/pn/2003/pn03115.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

IMF, International Monetary Fund. **News: IMF executive board concludes 2008 article IV consultation with Angola, 2009**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/pn/2009/pn0951.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

IMF, International Monetary Fund. **News: IMF executive board completes fourth review under stand-by ar-**

rangement with Angola and approves US\$178.2 million disbursement, 2011. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2011/pr1118.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

IMF, International Monetary Fund. **Publications: IMF Lends Angola \$1.4 Billion to Support Reserves, Reforms, 2009**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2009/car112309b.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

IMF, International Monetary Fund. **Publications: World economic outlook (WEO)**

tensions from the two-speed recovery: unemployment, commodities, and capital flows, 2011. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/01/index.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2011.

KARIM, Osmar da Silva. **As etapas históricas e o potencial da economia angolana**. In: ABRANTES, José Mena. (Org.). **Angola em paz: novos desafios**. Luanda: Edições Maianga, 2005 p. 14 -183.

MACAUHUB. **Notícias: Angola volta costas ao FMI e vira-se para oriente, 2007**. Disponível em: <<http://www.macauehub.com.mo/pt/2007/03/26/2742/>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

MENEZES, Solival. **Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. **Angola: economic summary**. 1992, 30 p.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. **Matérias de realce: síntese da economia angolana, 2008**. Disponível em: <<http://www.minfin.gv.ao/fsys/EconomiaAngolanaPerspectivas.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. **Matérias de realce: obras e projetos do governo, 2008**. Disponível em: <<http://www.minfin.gv.ao/docs/dspProjGov.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2011

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS. **Relatório de Fundamentação: orçamento geral do estado 2011, 2010**. Disponível em: <[http://www.minfin.gv.ao/fsys/Relat\\_de\\_Fundam\\_do\\_OGE\\_11.pdf](http://www.minfin.gv.ao/fsys/Relat_de_Fundam_do_OGE_11.pdf)>. Acesso em: 1 Outr. 2011

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO. **Publicações: balanço de execução do programa geral do governo (2005-2006), 2007**. Disponível em: <<http://www.minplan.gov.ao/PublicacoesD.aspx?Codigo=272>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO. **Publicações: programa geral do governo para o biênio 2007-2008, 2006**. Disponível em: <<http://www.minplan.gov.ao/PublicacoesD.aspx?Codigo=242>>. Acesso em: 12 Abr. 2001

MPLA. **Programa de governo 2009-2012**. Luanda, 2008. 90 p.

RELA, José Manuel Zenha. **Angola – o futuro já começou**. Luanda: Editorial Nzila, 2005. 877 p.

ROCHA, José Manuel Alves Da. **Os limites do crescimento econômico em angola: as fronteiras entre o possível e o desejável**. Luanda: Editorial Nzila, 2009. 277 p.

SONANGOL E. P – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola. **Sites da sonangol, 2002-2009**. Disponível em: <<http://www.sonangol.co.ao/>>. Acesso em: 1 jun. 2011

UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION. **Statistical databases: national accounts main aggregates, 2011**. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/snaama/Introduction.asp>>. Acesso em: 27 mai. 2011.